

MERCADO DE TRABALHO FORMAL NO NORDESTE: UMA ANÁLISE DO PERÍODO 2004-2017

Formal labor market in the Northeast: an analysis of the period 2004-2017

Cassiano José Bezerra Marques Trovão

Doutor em Desenvolvimento Econômico - IE/Unicamp e professor do Programa de Pós-Graduação em Economia do Departamento de Economia da UFRN. c_trovaio@yahoo.com.br

Juliana Bacelar de Araújo

Doutora em Desenvolvimento Econômico - IE/Unicamp e professora do Departamento de Economia da UFRN. julianabacelararaujo@gmail.com

Resumo: O artigo procura apresentar a evolução do emprego formal e dos salários no Nordeste brasileiro, no período de 2004 a 2017. No que tange ao aspecto metodológico, a análise dos estoques parte do registro total de trabalhadores com vínculo ativo em 31 de dezembro de cada ano, de acordo com os dados da RAIS; para a avaliação dos fluxos optou-se por apresentar os dados no formato de fluxos acumulados, a partir dos dados do Caged. O expressivo desempenho da economia nordestina entre 2004 e 2014 refletiu-se no mercado de trabalho por meio da elevação do nível de emprego, queda do nível de desemprego e aumento da formalização dos contratos de trabalho, que aparecem explicitamente na evolução positiva dos postos de trabalho com carteira assinada, apresentados por setor e por unidades da federação na região. No entanto, a crise pela qual o Brasil e o Nordeste têm passado reforçou as condições de um mercado de trabalho que, a despeito de seu movimento favorável aos trabalhadores até 2014, não se alterou de forma estrutural. Se não houver uma retomada dos componentes de demanda agregada, pode-se assistir a uma continuidade da deterioração das condições socioeconômicas, especialmente, no que tange ao mercado de trabalho.

Palavras-chaves: Emprego formal; Crescimento econômico; Crise; Demanda agregada; Nordeste – Brasil.

Abstract: The objective of this article is to present the evolution of formal employment and wages in the formal labor market of the Brazilian Northeast, from 2004 to 2017. As far as the methodological aspect is concerned, the analysis of employment stocks is based on the total active job on December 31 of each year, according to RAIS data; for the evaluation of the flows, it was chosen to present the data in the format of accumulated flows, from the CAGED. The significant performance of the Northeastern economy between 2004 and 2014 was reflected in the labor market through the increase in the level of employment, drop in the level of unemployment and increase in the formalization of labor contracts, which appear explicitly in the positive evolution of jobs by sector and by federation units in this region. However, the crisis that Brazil and the Northeast have undergone has reinforced the conditions of a labor market that, despite its movement favorable to workers until 2014, has not changed structurally. If there is no recovery of the components of aggregate demand, one can see the continuation of the process of deterioration in socioeconomic conditions, especially in the labor market.

Keywords: Formal Employment; Economic growth; Crisis; Aggregate Demand; Northeast - Brazil.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar alguns aspectos da evolução do emprego formal e dos salários no mercado de trabalho do Nordeste brasileiro, no período de 2004 a 2017. A análise está baseada nos dados de estoque de emprego disponíveis na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e nos registros dos fluxos de contratação e desligamento que constam do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), ambos do Ministério do Trabalho.

No que se refere ao aspecto metodológico, a análise dos estoques parte do registro total de trabalhadores com vínculo ativo em 31 de dezembro de cada ano, de acordo com os dados da RAIS; para a avaliação dos fluxos optou-se por apresentar os dados no formato de fluxos acumulados como proporção do estoque de trabalhadores em 1º de janeiro do ano base (2004), a partir dos dados disponibilizados pelo Caged. Esse método permite expandir a série de dados até o limite do período de elaboração do trabalho, com apenas dois meses de defasagem.

A realidade é que a recessão econômica dos últimos anos tem impactado intensamente o mercado de trabalho formal no Brasil e no Nordeste, especialmente nos setores da indústria e da construção civil. Tudo indica que uma provável continuidade da deterioração da condição econômica possa reverter as conquistas obtidas no âmbito do mercado de trabalho durante o período de crescimento econômico (2004-2010).¹

Além desta introdução, o trabalho está dividido em seis seções. A primeira faz uma análise das principais transformações ocorridas no Nordeste nos anos 2000, que alteraram substancialmente o mercado de trabalho na região, ainda que determinadas características não tenham sofrido mudanças estruturais. A segunda seção busca apresentar um panorama geral da evolução do estoque de emprego formal e dos salários no Nordeste, situando essa região em relação à média nacional. A terceira, por sua vez, procura evidenciar, a partir da análise dos fluxos acumulados das contratações líquidas, os efeitos da crise econômica do período pós-2015. A quarta faz uma leitura intrarregional, com base na análise dos fluxos de contratações por unidade da federação. A quinta seção procura apresentar uma explicação para a relação entre o nível

1 Nesse período, o ano de 2009 fugiu à regra, pois refletiu a queda brusca da produção decorrente da crise financeira e econômica internacional do final de 2008.

de atividade econômica (PIB) e o comportamento do emprego formal, a partir dos componentes da demanda agregada (DA). Finalmente, são feitas algumas considerações a respeito desse processo e dos desafios que dele emergem.

2 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NO NORDESTE BRASILEIRO NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Antes de apresentar a dinâmica recente do mercado de trabalho no Nordeste, foco deste Artigo, vale destacar que a região passou por diversas mudanças que explicam grande parte do desempenho econômico e dos movimentos no âmbito do mercado de trabalho.

Nos anos 2000, o Brasil atravessou um processo de dinamização da sua atividade econômica, com crescimento do PIB, ampliação do investimento, do consumo e do crédito em um movimento de redução expressiva do desemprego e geração de postos de trabalho, especialmente, daqueles com carteira de trabalho assinada. Ao mesmo tempo, verificou-se a consolidação de políticas públicas, em particular, as de transferência de renda e de valorização real do salário mínimo. Entretanto, a crise econômica e financeira de 2008, que reconfigurou o cenário internacional, até então bastante favorável, impactou sobremaneira o país, o que provocou uma retração do produto interno em 2009. Sua retomada nos anos seguintes ocorreu em patamares relativamente mais baixos que os observados no período anterior. Novas políticas econômicas, introduzidas a partir de 2010, tentaram reverter esse cenário. Todavia, a partir de 2014 observou-se uma significativa retração do investimento associada à queda no consumo do governo e das famílias, que culminaram em uma das maiores crises econômicas vivenciadas pelo país a partir de 2015.

Durante grande parte dos anos 2000, com contextos nacional e internacional favoráveis, a economia do Nordeste aumentou seu produto em ritmo acima da média nacional (3,9% a.a. contra 3,5% a.a., entre 2004 e 2014², segundo o IBGE). Esse movimento foi impulsionado principalmente pelo crescimento da renda, do crédito e do emprego, mas, também, pela atração de um importante bloco de investimentos públicos e privados para a região. A implementa-

2 Último dado disponível nas Contas Regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

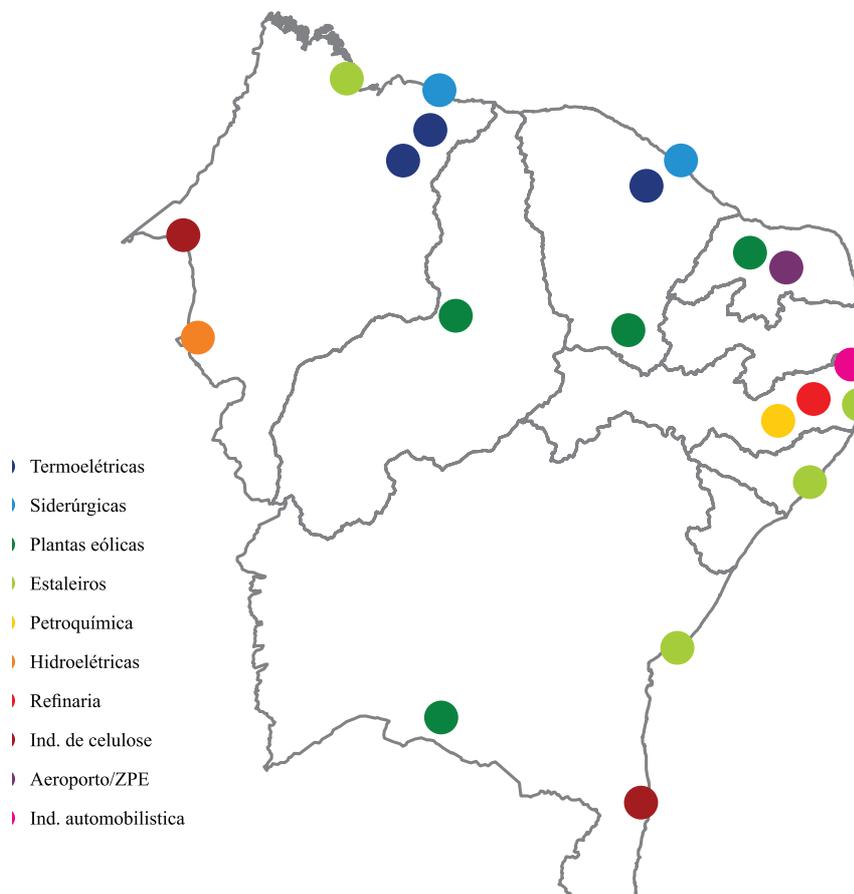
ção e consolidação das políticas sociais e a política de valorização do salário mínimo também contribuíram para o dinamismo da economia regional, particularmente em relação ao consumo das famílias. A ampliação das exportações, principalmente de *commodities*, beneficiou a expansão da fronteira agrícola em direção aos cerrados nordestinos na Bahia, Piauí e Maranhão, através do agronegócio voltado para a produção de grãos (ARAÚJO, 2015).

Em paralelo à expansão da fronteira agrícola regional e à consolidação da fruticultura irrigada, a produção rural de base familiar confirmou seu papel de destaque no Nordeste, em especial no semiárido, dominado pelo bioma caatinga. A agricultura familiar nordestina fortaleceu-se por conta de sua capacidade de resposta em atender à demanda interna, principalmente de alimentos, e se manteve como a principal fonte de geração de oportunidades de ocupação no meio rural, apesar da manutenção de uma baixa produtividade média relativa. Enquanto os velhos complexos econômicos nordestinos (como o canavieiro e o gado-algodão-policultura) apresentaram a mesma tendência

anterior de perda de peso relativo no tecido produtivo regional, a produção de grãos e a fruticultura irrigada avançaram na região (CGEE, 2014).

Além disso, destaca-se a atração de grandes projetos estruturantes e a consolidação e implementação de importantes investimentos industriais nos Estados nordestinos, especialmente aqueles voltados para o mercado do consumo regional. Gomes (2014) estima um total de R\$ 340 bilhões em novos investimentos anunciados ou em implantação no Nordeste até 2016. Destes, R\$ 120 bilhões seriam designados para o Maranhão, R\$ 70 bilhões para a Bahia, pouco mais de R\$ 60 bilhões para Pernambuco, R\$ 50 bilhões para o Ceará e o restante se dividiria entre os outros cinco Estados, que receberiam cerca de R\$ 40 bilhões. Esses investimentos industriais iriam para diversos setores de atividade econômica, tais como: alimentos e bebidas, higiene e beleza, energia, mineração e petróleo e gás, automotiva, naval, papel e celulose, vidro e farmoquímica. A Figura 1, elaborada pelo BNDES, apresenta os setores e a distribuição espacial de grande parte dos investimentos previstos para a região nesse período.

Figura 1 – Nordeste: Projetos estruturadores na região



Fonte: BNDES. Elaboração: GUIMARÃES et al. (2014, p. 60).

Todavia, ressalta-se que a maioria desses grandes investimentos (estaleiros, petroquímicas, termoeletricas, siderúrgica e refinarias) estaria direcionada para áreas metropolitanas nordestinas com a presença de importantes complexos industriais e portuários, como é o caso de Suape (Região Metropolitana do Recife), Camaçari (Região Metropolitana de Salvador), Pecém (Região Metropolitana de Fortaleza) e Itaqui (que se localiza em São Luís). Salienta-se, também, a presença de investimentos na indústria de celulose no Sul baiano e no Oeste do Maranhão, em hidroelétrica no Sul maranhense e plantas eólicas nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia. O forte potencial de geração de energia eólica existente no litoral e no semiárido nordestino também vinha atraindo a atenção de investidores (FEITOSA et al., 2003).

Evidencia-se, ainda, o grande volume de investimentos em infraestrutura na região. De acordo com Gomes (2014), é possível, a partir da análise dos dados do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2, observar um volume de mais de R\$ 46 bilhões em projetos como ferrovias, duplicação de rodovias, canais, adutoras e drenagens, que envolvem um ou mais Estados da região. Todavia, é importante salientar que parte desses investimentos anunciados não foram de fato implementados na região. Alguns exemplos são o Estaleiro EISA em Alagoas, com investimento previsto de R\$ 1,4 bilhão e que até hoje não foi implementado, e as Refinarias Premium I e II, em Bacabeiras, no Maranhão, e no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará, respectivamente. Essas duas Refinarias tinham estimativas de investimentos de R\$ 40 bilhões para a Premium I e R\$ 22 bilhões para a Premium II. Nos dois casos, os projetos foram cancelados pela Petrobras (PETROBRAS, 2015). Já no caso dos investimentos em infraestrutura, destaca-se o grande atraso na execução das obras, como é o caso da Ferrovia Transnordestina, da expansão da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol) e da Transposição do Rio São Francisco. Evidencia-se, ainda, que boa parte dos investimentos dos grandes projetos federais não dialogaram imediatamente entre si e nem com as demandas diretas dos estados nordestinos, inclusive no que diz respeito aos de infraestrutura (APOLINÁRIO et al., 2011).

O processo de implementação dessas novas indústrias e das obras de infraestrutura, concomi-

tantemente ao dinamismo do mercado imobiliário, impulsionado também por políticas públicas como o Programa Minha Casa Minha Vida, foram importantes para aquecer a construção civil e a forte geração de empregos nesse setor no Nordeste.

Nas cidades, observou-se ainda um forte dinamismo do comércio e dos serviços, impulsionados tanto pelo aumento da renda e do consumo das famílias, quanto pelos estímulos de políticas públicas de educação e saúde, cuja oferta se ampliou e se interiorizou. Ressalta-se, também, a forte geração de postos de trabalho formais no comércio, associada à maior estrutura de varejo moderno na região, como a expansão de supermercados e shopping center's, por exemplo. A administração pública continua sendo importante em termos de emprego e produto na região, principalmente nas áreas mais pobres.

Apesar das importantes transformações vivenciadas na agropecuária e da retomada do investimento industrial na região, foi no setor de serviços que ocorreu o principal dinamismo da atividade econômica. Esse setor também foi responsável por $\frac{3}{4}$ das novas vagas geradas com carteira assinada na economia regional nesse período, com uma ampliação de 5,5% ao ano do emprego formal entre 2004 e 2014, de acordo com a RAIS. O terciário respondia sozinho por 74,3% do valor adicionado bruto nordestino e 77,3% dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada em 2014, além de ser responsável por 7,8 em cada 10 empregos gerados no Nordeste nesse período.

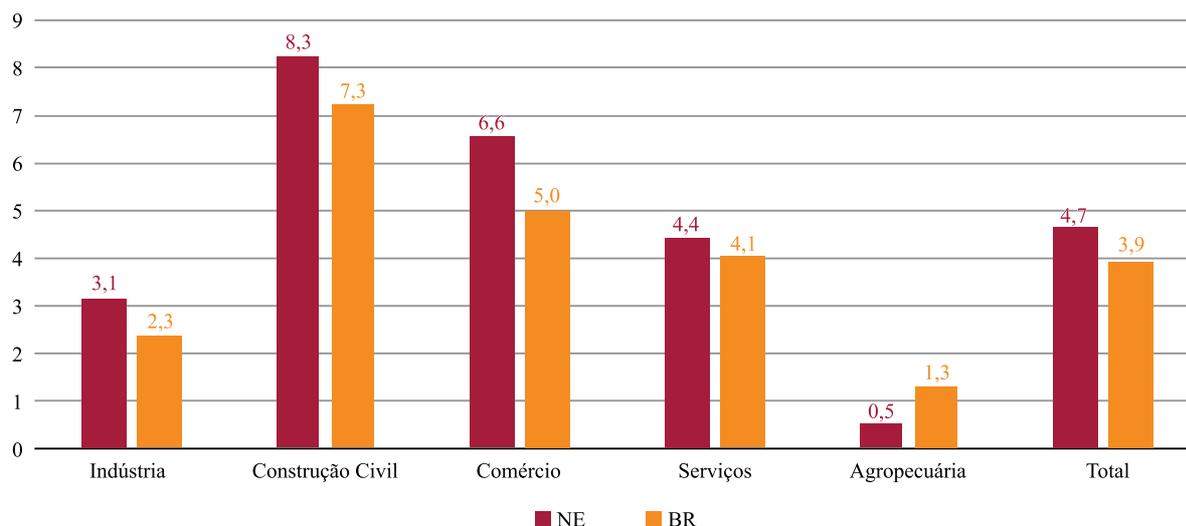
Além do cancelamento e revisão de diversos investimentos, como os das Refinarias Premium I e II, mencionados anteriormente, da conclusão de algumas obras e da entrada em operação das atividades industriais de empreendimentos como os da Refinaria Abreu e Lima, da fábrica da Jeep, dentre outros, a reversão do cenário econômico após 2015 tem colaborado com o redimensionamento de outros projetos e o fechamento de indústrias direta e indiretamente a eles relacionadas. É com base no cenário de reversão da atividade econômica, que também tem afetado negativamente os setores do comércio e dos serviços, que se pretende explorar o reflexo da diminuição do ritmo de crescimento, da queda dos investimentos e da crise econômica sobre o emprego formal no Nordeste brasileiro.

3 TENDÊNCIAS GERAIS DO EMPREGO NA FASE DE CRESCIMENTO E NO CENÁRIO DE CRISE SOCIOECONÔMICA RECENTE

Entre 2004 e 2015, o estoque de trabalhadores formais³ no Nordeste cresceu acima da média nacional em quase todos os setores de atividade econômica, com exceção da agropecuária. Merece destaque a expansão dos postos de trabalho na construção civil e no setor de serviços, que apresentaram taxas em torno de 8,3% e 6,6% a.a., respectivamente. Ainda que de forma relativamente mais lenta que esses setores, a indústria nordestina apresentou um ritmo de geração de novos postos de trabalho acima da média da indústria nacional. O destaque negativo vai para a

agropecuária, cujas taxas de crescimento foram 1,7% e 2,1% ao ano para o Nordeste e o Brasil, respectivamente (Gráfico 1). Nesse caso, ressalta-se que mesmo com a expansão do agonegocio nos cerrados e nas áreas irrigadas nordestinas ao longo dos anos 2000, a agropecuária apresentou baixa taxa média de geração de postos de trabalho com carteira assinada no período. O forte incremento do emprego formal no comércio e na construção civil relevam, de um lado, a ampliação do comércio associada ao crescimento da renda média familiar e à disseminação de um novo padrão de estruturação dessa atividade na região (varejo moderno) e, por outro lado, o dinamismo da construção civil, influenciado pelos investimentos produtivos e em infraestrutura que vieram para o Nordeste nesse período e pelo aquecimento do mercado imobiliário.

Gráfico 1 – Taxa média anual de crescimento do estoque de trabalhadores formais ocupados em 31/12. Brasil e Nordeste, 2004-2015



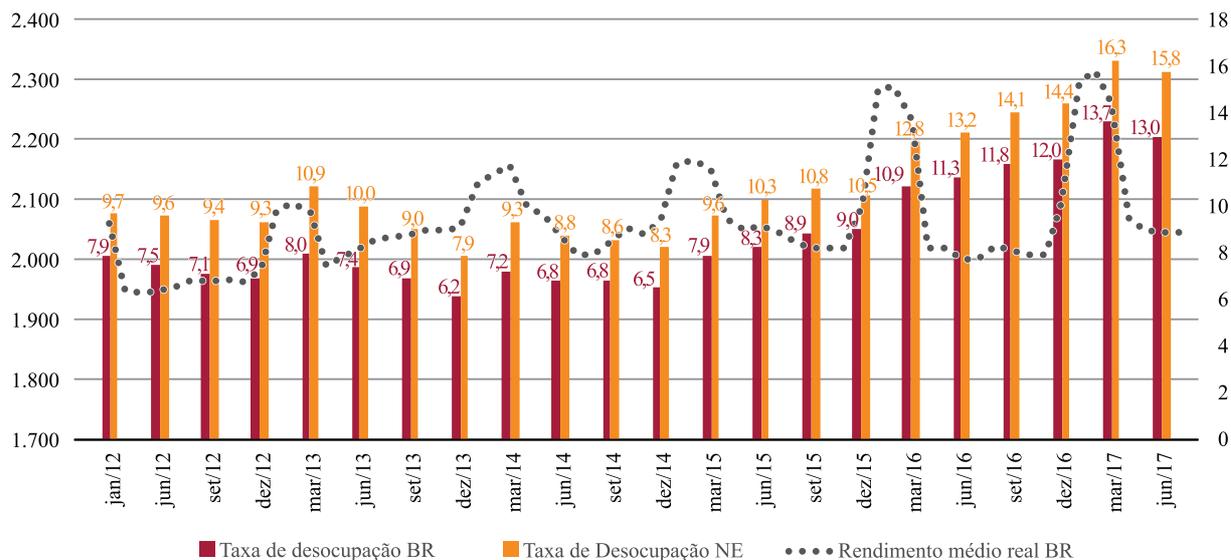
Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE/RAIS.

O fato de o crescimento do emprego formal no Nordeste ter se situado acima da média nacional guarda forte relação com as transformações ocorridas nessa região. No entanto, analisar apenas o crescimento médio do período pode esconder os efeitos perversos da crise que tem afetado o país depois de 2014. O ano de 2015 marcou o início de um processo de deterioração das condições socioeconômi-

cas no Brasil. A crise pela qual o país tem passado extrapolou a esfera econômica. Os problemas de ordem econômica somaram-se ao quadro de crise político-institucional. O reflexo imediato foi a deterioração das condições do mercado de trabalho, em que se observa um intenso e rápido crescimento do desemprego associado a um contexto de forte oscilação do rendimento médio real (Gráfico 2).

³ Como as informações sobre estoque são obtidas a partir da RAIS, a série de dados fica restrita ao ano de 2015, última informação divulgada pelo Ministério do Trabalho.

Gráfico 2 – Evolução da taxa de desocupação e rendimento médio real no trabalho principal. Brasil e Nordeste, 2012-2017

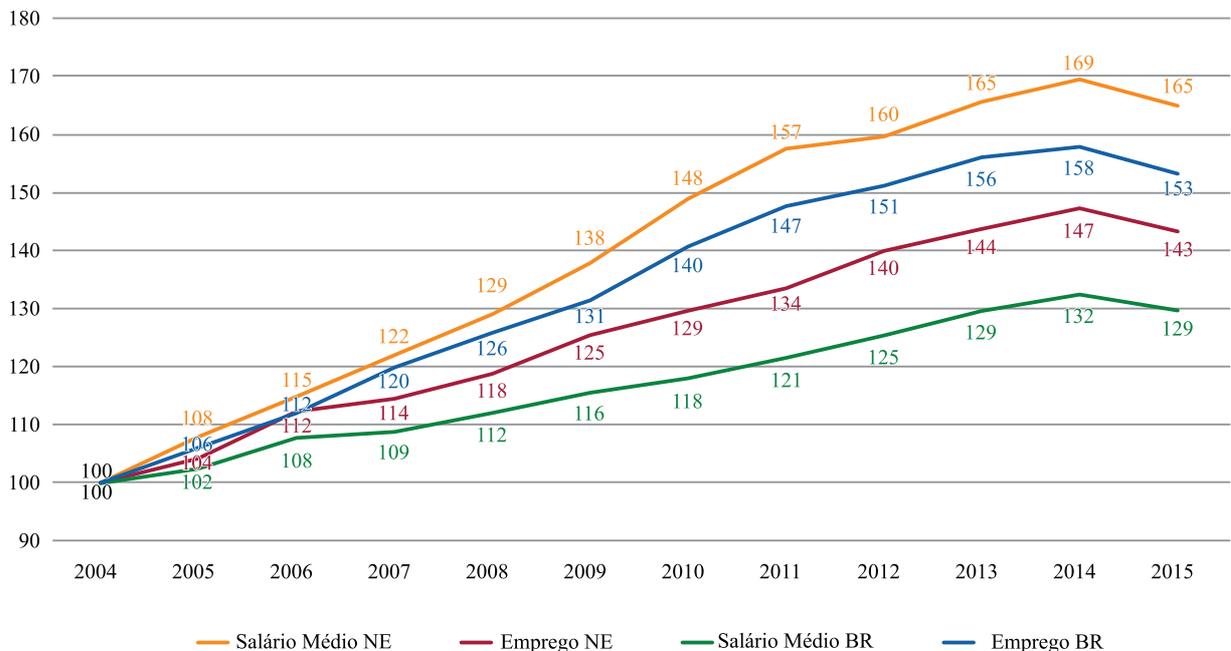


Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE/PNAD Contínua e Ipeadata.

A escalada do desemprego a partir de dezembro de 2014 reverteu um cenário de expansão do nível de emprego e de redução do desemprego no Nordeste que, como visto, vinha apresentando expressivas taxas médias anuais de incremento dos

postos de trabalho com carteira assinada, antes da crise. O crescimento do emprego formal foi interrompido em 2015, ano em que se observou uma intensa redução do estoque de empregados formais com vínculo ativo em 31 de dezembro (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução do estoque de empregos formais e dos salários reais (2004 = 100). Brasil e Nordeste, 2004-2015

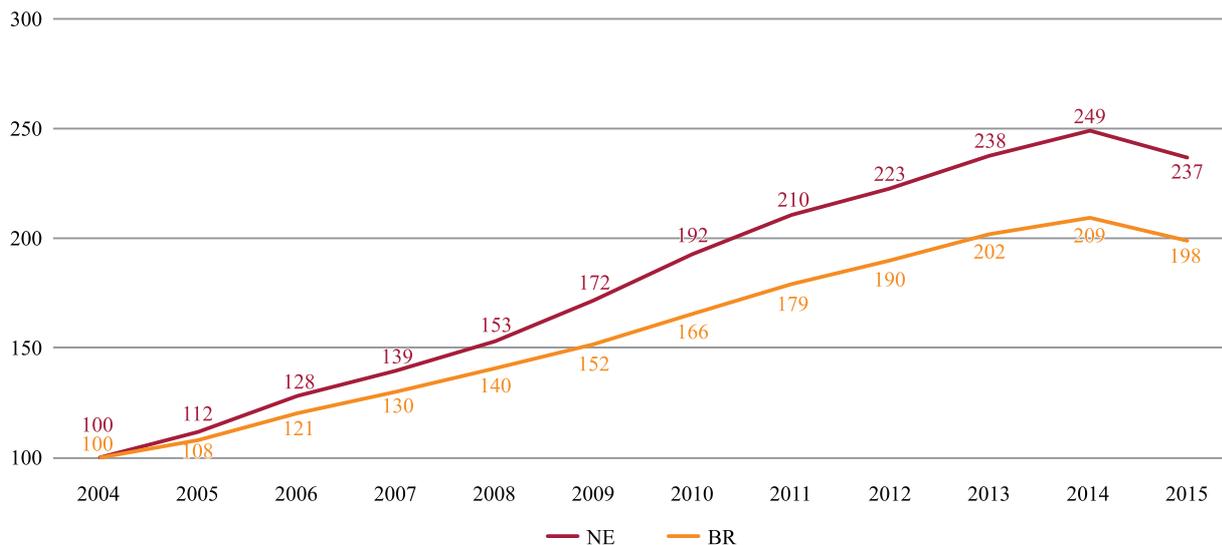


Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados MTE/RAIS.

Assim como a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que indicou uma ampliação do desemprego aberto, os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho corroboram que a perda de dinamismo do mercado de trabalho também se verificou em seu segmento formal. A realidade é que, em 2015, o Brasil e o Nordeste passaram a apresentar redução do estoque de tra-

balhadores formais com perda no poder de compra dos salários médios. A diminuição do número de trabalhadores formais associada a uma queda nos salários reais trouxe impactos negativos para a capacidade de consumo das famílias, tanto no Nordeste quanto no Brasil (Gráfico 3). A massa de rendimentos reais também caiu expressivamente em 2015, interrompendo um longo período de crescimento (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Evolução da massa de salários reais (2004 = 100). Brasil e Nordeste, 2004-2015



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE/RAIS.

4 UMA ANÁLISE CONJUNTURAL DOS FLUXOS ACUMULADOS DAS CONTRATAÇÕES LÍQUIDAS NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DO NORDESTE

As informações referentes ao período da crise contidas no Caged refletem um momento de turbulência econômica e política e apontam uma destruição de mais de 2,8 milhões de postos de trabalho com carteira assinada para o Brasil e quase 600 mil para o Nordeste entre janeiro de 2015 e julho de 2017.

A análise conjuntural das informações do fluxo acumulado das contratações líquidas no período pós-2015 elucida a dimensão negativa da situação socioeconômica que tem se agravado com o passar do tempo, em um contexto em que as políticas e as decisões no âmbito do Governo Federal têm se mostrado pouco eficazes.⁴

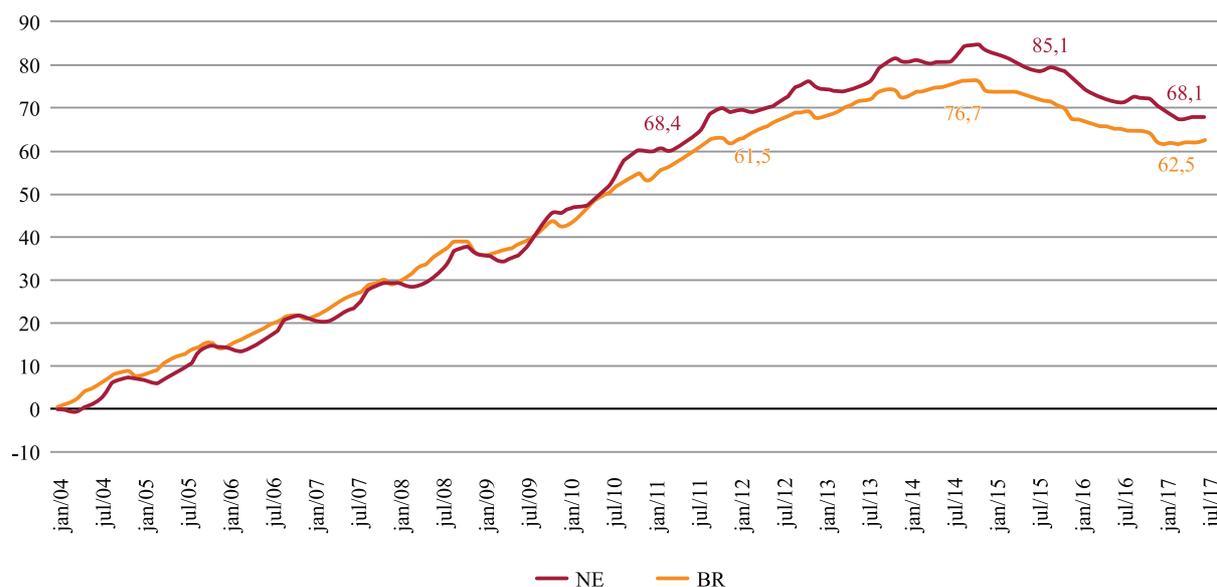
4 Autores como Trovão e Souza (2016), Rossi e Mello (2017) e Summa et al. (2017) apontam que as políticas contracionistas do

O Gráfico 5 confirma, a partir da evolução do saldo líquido acumulado (admissões descontadas dos desligamentos), que o emprego regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) na Região Nordeste vinha apresentando um comportamento relativamente mais dinâmico que a média brasileira. A região destacou-se como um espaço de criação de empregos formais celetistas e de formalização dos contratos no âmbito do mercado de trabalho até o final de 2014.⁵

governo federal têm, na verdade, aprofundado a recessão, impedindo uma recuperação mais pronunciada da atividade econômica.

5 Para a análise dos fluxos acumulados do saldo de admissões e demissões mensais disponibilizadas pelo Caged, optou-se por iniciar a série em janeiro de 2004. Primeiramente, porque é o início da inflexão no ritmo de crescimento econômico nos anos 2000. Em segundo lugar, as informações disponíveis para os recortes iniciam nessa data. Para avaliar relativamente a expansão do emprego no período de 2004 a 2017, utilizou-se o fluxo acumulado mês a mês, a partir de janeiro de 2004, sobre a estimativa de estoque do Caged em 31/12/2003. Essa estimativa foi feita a partir da última informação de estoque disponibilizada pelo Caged-estabelecimentos, que é 01/01/2017, descontando-se o fluxo acumulado desde janeiro de 2004 até 31/12/2016. O resultado é uma estimativa do estoque de empregos celetistas em 31/12/2003.

Gráfico 5 – Evolução do fluxo acumulado do saldo da criação de emprego (admissões menos desligamentos) como proporção do estoque do Caged em 31/12 de 2003. Brasil e Nordeste, jan/04 - jul/2017



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE/Caged.

No entanto, a partir de novembro de 2014, a recessão econômica desencadeou um processo de deterioração do mercado trabalho no Brasil, em especial no Nordeste. A redução de postos de trabalho nessa região deu-se de forma mais intensa que a média do Brasil. Os dados do início de 2017 não indicam que o cenário depressivo que se instalou nas economias brasileira e nordestina está sendo alterado, apesar dos saldos relativamente positivos dos últimos quatro meses. A realidade, tanto para o Brasil quanto para o Nordeste, é que a crise econômica levou o nível de emprego com carteira de trabalho assinada em julho de 2017 para níveis próximos aos de agosto e setembro de 2011. Esse mesmo movimento também pode ser visto a partir da evolução do emprego nos principais setores de atividade econômica da região.⁶

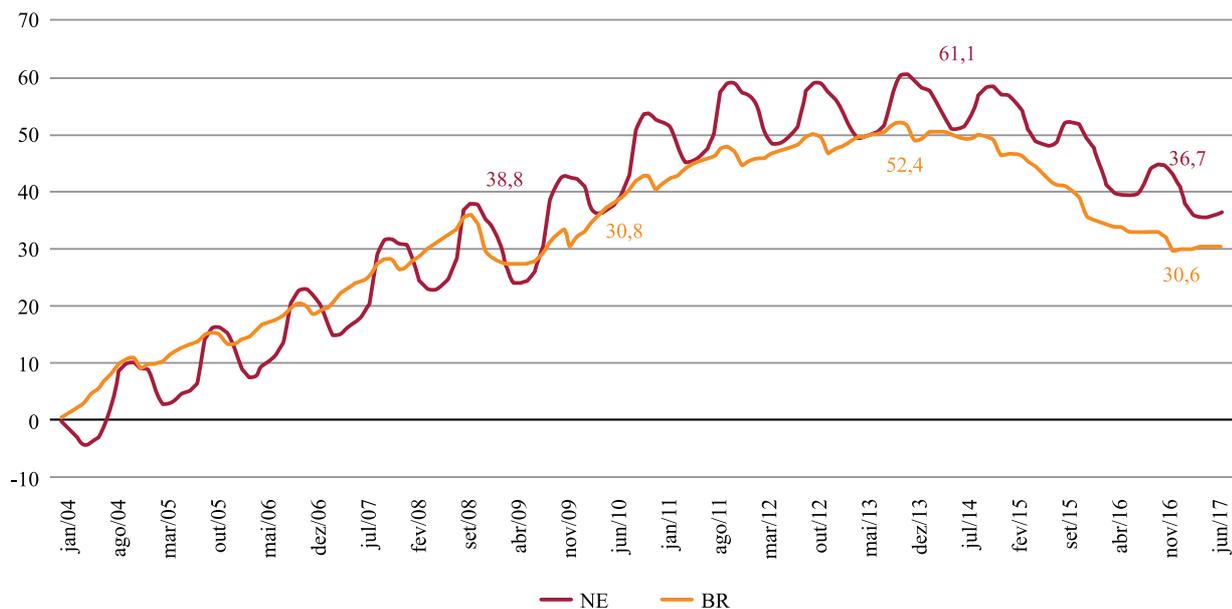
A análise da evolução do emprego celetista, separada pelos grandes setores de atividade do IBGE, permite evidenciar que o emprego industrial foi afetado negativamente de forma expressiva pela diminuição do ritmo de crescimento da economia e, principalmente, pela recessão iniciada em 2015. O setor industrial brasileiro iniciou o processo de

reversão do ritmo de crescimento do emprego formal no final de 2013. A desaceleração econômica e, posteriormente, a crise fizeram com que o nível de emprego na indústria, no final do primeiro semestre de 2017, retornasse ao mesmo patamar que havia atingido em 2008/2009. A realidade é que dois anos consecutivos de queda da produção de mais de 3% destruíram a totalidade dos empregos gerados nos 5 anos anteriores (Ver Gráfico 6).

Especificamente, com relação à indústria nordestina, observa-se a mesma tendência de queda e destruição de postos de trabalho. Chama a atenção, também, a acentuada volatilidade do saldo da geração de emprego. Essa dinâmica volátil de contratações no setor industrial é um reflexo da dependência que a indústria nordestina possui em relação ao setor agropecuário, cuja sazonalidade é intensa.

6 A categoria setor de atividade no presente trabalho refere-se aos grandes setores de atividade definidos pelo IBGE, quais sejam: 1) Indústria, que contempla a Indústria Extrativa Mineral, a Indústria de Transformação e os Serviços Industriais de Utilidade Pública; 2) a Construção Civil; 3) os Serviços, que englobam a Administração Pública e os Serviços propriamente ditos; 4) o Comércio; e 5) a Agropecuária, que é composta pelas atividades da Agropecuária, da Extração vegetal, da Caça e da Pesca.

Gráfico 6 – Evolução do fluxo acumulado do saldo da criação de emprego (admissões menos desligamentos) na Indústria como proporção do estoque de trabalhadores formais no setor em 01/01/2004. Brasil e Nordeste, jan/04 - jul/2017

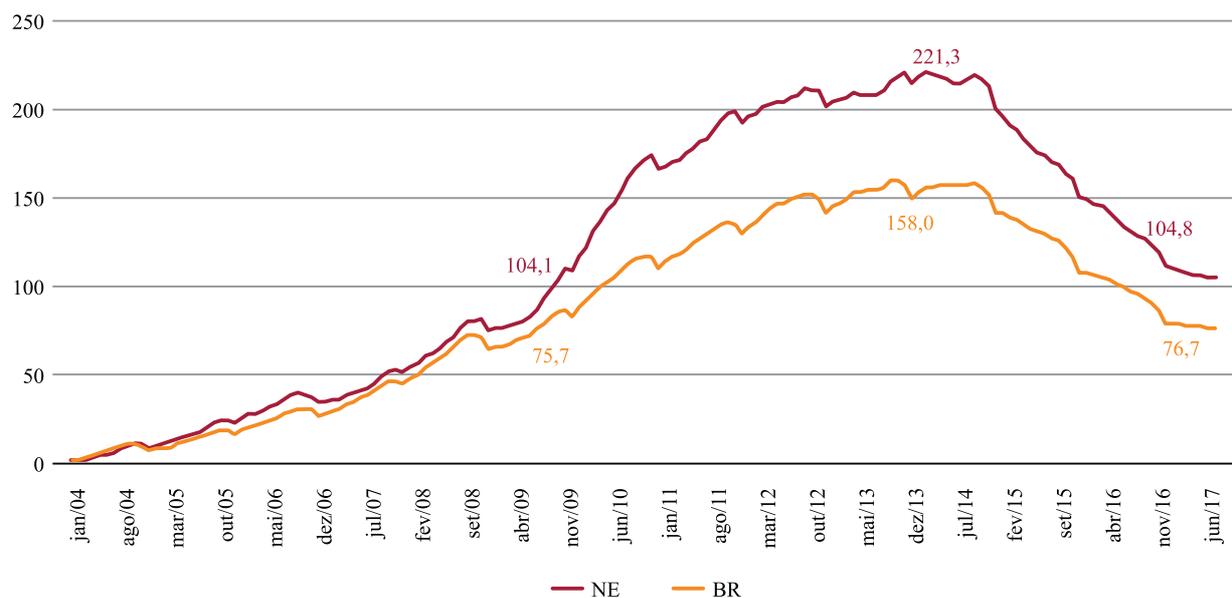


Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE/Caged.

Outro setor que repercute de forma expressiva o cenário de crise econômica é o da construção civil. Nos anos 2000 e nos primeiros anos da década de 2010, a construção civil no Brasil e, principalmente, no Nordeste apresentou um forte desempenho econômico, que se refletiu na geração expressiva de postos de trabalho com carteira assinada. Entre 2004 e 2014, especialmente após 2008, a construção civil nordestina mais do que dobrou o número de postos de trabalho (estoque de trabalhadores), por conta do importante bloco de investimentos públicos e privados em infraestrutura econômica e social que se implantavam no período, como já desta-

cado (Gráfico 7). Com o final de algumas grandes obras e a paralisação de outras, além da perda de dinamismo do setor imobiliário, a construção civil inicia um processo de redução drástica de postos de trabalho, que leva o nível de emprego do setor em julho de 2017 a um patamar pouco superior ao observado em 2009. Vale ressaltar que o final do primeiro semestre de 2017, apesar de indicar uma modesta recuperação em alguns setores, não se mostrou favorável à construção civil da região, que continua apresentando sucessivos saldos negativos na geração de postos de trabalho celetistas.

Gráfico 7 – Evolução do fluxo acumulado do saldo da criação de emprego (admissões menos desligamentos) na Construção Civil como proporção do estoque de trabalhadores formais no setor em 01/01/2004. Brasil e Nordeste, jan/04 - jul/2017

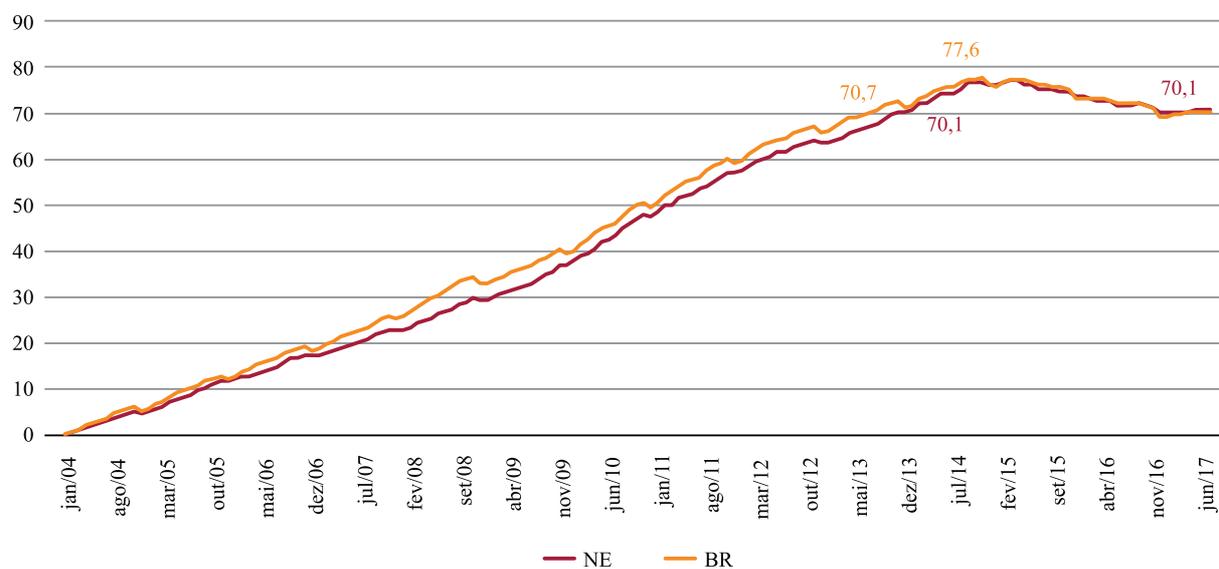


Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE/Caged.

No setor de Serviços, a crise mostrou-se menos intensa. No entanto, a redução dos postos de trabalho, em termos absolutos, representa uma grande quantidade de desligamentos por conta do peso que esse setor possui no total do emprego formal no Brasil e no Nordeste (Gráfico 8). Em termos absolutos, de novembro de 2014 a julho de 2017, o número de demissões foi superior ao

de contratações em mais de 106 mil para o Nordeste e de cerca de 781 mil para o Brasil, apenas nesse setor. Esses números permitem avaliar a dimensão e a gravidade da situação em que se encontra a economia brasileira no início de 2017. Apesar de o saldo líquido mensal de contratações ter sido positivo após abril de 2017, a recuperação é ainda bastante lenta.

Gráfico 8 – Evolução do fluxo acumulado do saldo da criação de emprego (admissões menos desligamentos) nos Serviços como proporção do estoque de trabalhadores formais no setor em 01/01/2004. Brasil e Nordeste, jan/04 - jul/2017

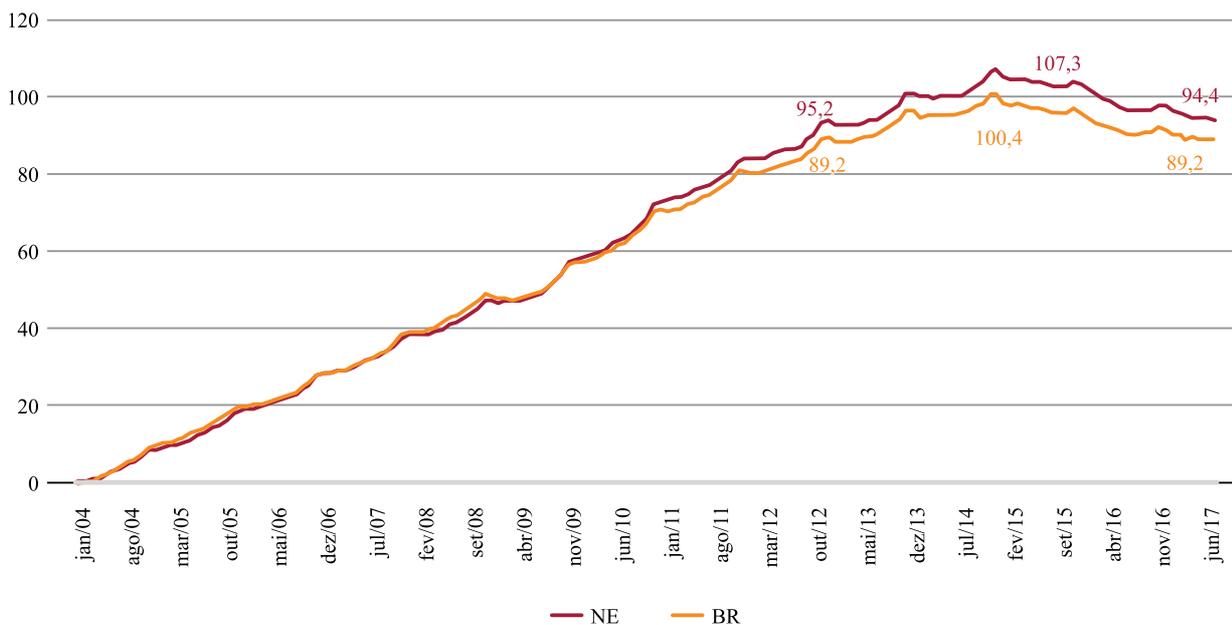


Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE/Caged.

A mesma situação pode ser observada para o comércio, setor que teve importante estruturação e crescimento no período recente. Apesar de os indicadores econômicos evidenciarem uma redução no nível da atividade comercial, do consumo e do crédito, o emprego nesse setor parece ter respondido

mais lentamente à queda da atividade econômica, quando comparado à construção civil e à indústria. No entanto, as demissões foram maiores que os desligamentos em mais de 99 mil para o Nordeste e mais de 540 mil para o total do Brasil, entre novembro de 2014 e julho de 2017, nesse setor.

Gráfico 9 – Evolução do fluxo acumulado do saldo da criação de emprego (admissões menos desligamentos) no Comércio como proporção do estoque de trabalhadores formais no setor em 01/01/2004. Brasil e Nordeste, jan/04 - jul/2017



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE/Caged.

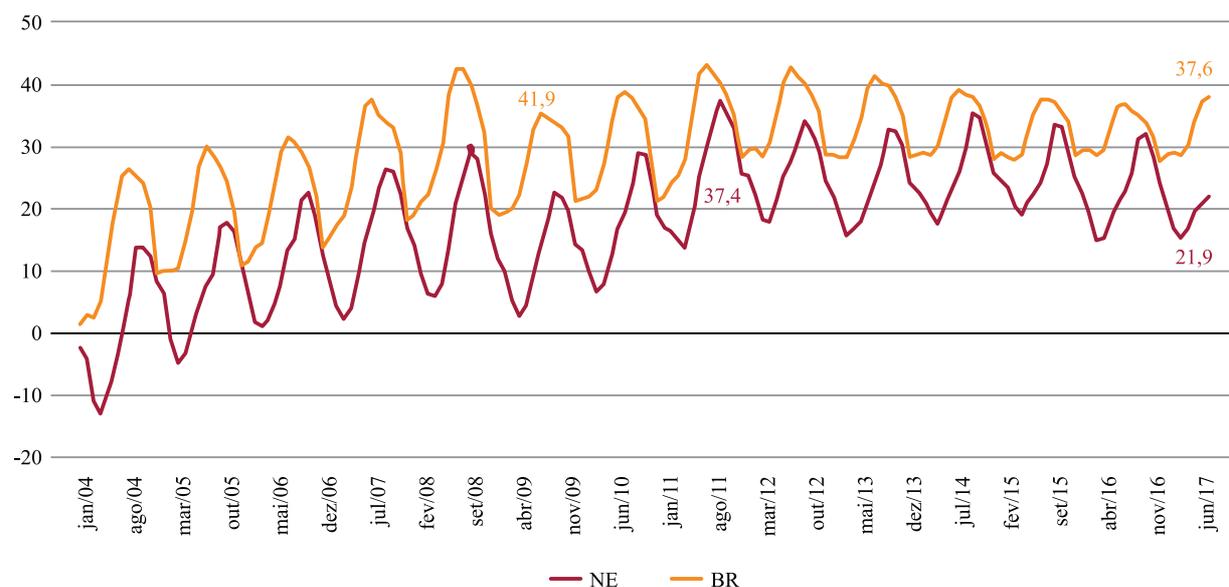
Os dados do Censo Agropecuário de 2006 apontavam que 73,6% dos ocupados com 14 anos ou mais de idade, na agropecuária, trabalhavam em estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil e 82,2% no Nordeste. Todavia, os dados do Caged mostram apenas uma parcela desses ocupados, especificamente aquela referente aos trabalhadores com carteira assinada. Os dados indicam que a agropecuária foi o único setor que não sofreu com a redução da atividade econômica no Brasil do ponto de vista do emprego. Os motivos que fazem com que isso ocorra referem-se ao destino que é dado à produção do agronegócio nacional. Isso quer dizer que grande parte da produção nacional é destinada às exportações e que, portanto, dependem basicamente do câmbio, dos preços internacionais dos produtos exportáveis e da renda externa, o que leva a uma situação, em termos de redução do emprego, diversa da de outros setores ligados diretamente ao dinamismo interno (Gráfico 10). Como já evidenciado anteriormente, o

agronegócio vem se expandindo na região Nordeste, sobretudo nos cerrados e nas áreas irrigadas.

A tendência observada para o Brasil é reproduzida no Nordeste. No entanto, comparada aos demais setores, a agropecuária foi a que apresentou o menor desempenho relativo à média brasileira. Enquanto o desempenho nordestino em setores como construção civil, indústria e serviços mostrou-se maior que a média brasileira, a performance da agropecuária nordestina ficou bem abaixo da média nacional em termos de geração de postos de trabalho formal. Vale ressaltar, também, que no Nordeste, esse setor representou grande parcela do saldo positivo de criação de postos de trabalho da região no início de 2017.

Por conta do reduzido peso que esse setor possui na composição setorial do mercado de trabalho no Nordeste e de sua elevada sazonalidade, a elevação do emprego nesse setor é, de longe, insuficiente para contrabalancear a destruição de postos de trabalho proporcionada pela crise econômica do período pós-2015.

Gráfico 10 – Evolução do fluxo acumulado do saldo da criação de emprego (admissões menos desligamentos) na Agropecuária como proporção do estoque de trabalhadores formais no setor em 01/01/2004. Brasil e Nordeste, jan/04 - jul/2017



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE/Caged.

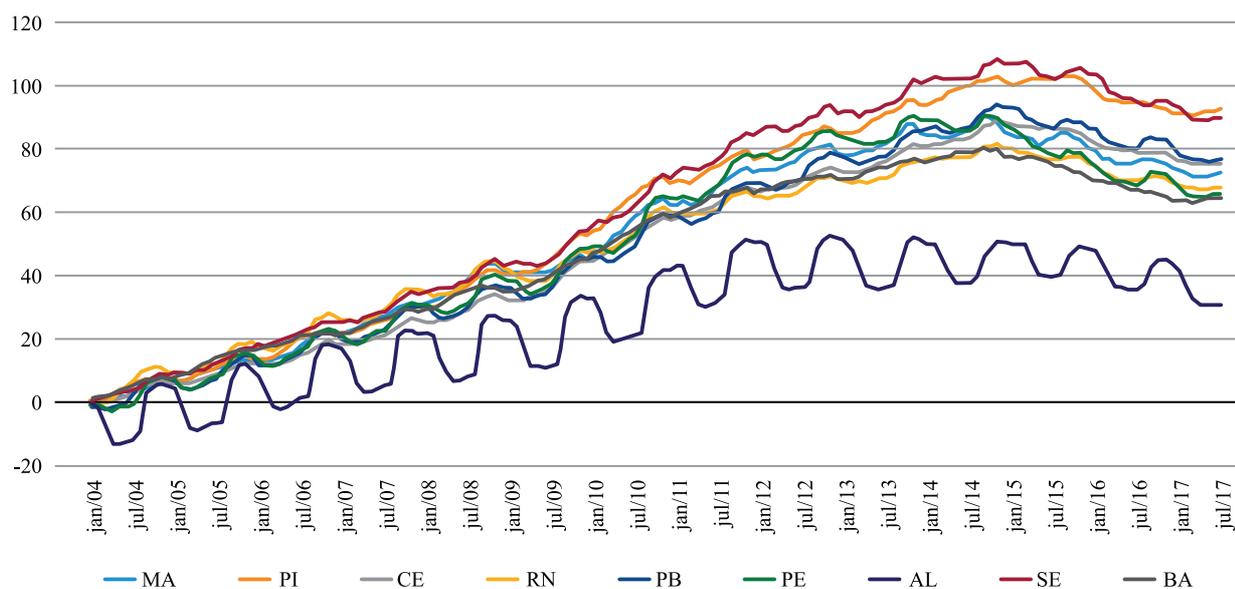
5 UMA ANÁLISE POR ESTADOS

Ao voltar a atenção para a evolução do emprego formal com carteira de trabalho assinada nos Estados nordestinos, o que se percebe é que, em todos eles, a redução do emprego formal ganhou força a partir do final de 2014. As unidades federativas em que essa queda foi mais acentuada foram as do Maranhão e de Pernambuco, reflexo sobretudo da redução do investimento, que se mostrou extremamente relevante para esses dois Estados no período de expansão da atividade econômica nos anos 2000. Quanto aos outros, observou-se uma diminuição relativamente menos intensa dos postos de trabalho (Gráfico 11).

Antes da crise, os destaques positivos do período analisado eram os Estados de Sergipe e do Piauí, que apresentaram uma expansão do emprego for-

mal celetista relativamente mais acentuada que os demais entes federativos nordestinos (crescimento de 60% até dezembro de 2014). No entanto, de 2015 em diante, a crise impactou não apenas esses Estados, mas todos os outros. Merece uma atenção especial a evolução do emprego em Alagoas. O mercado de trabalho alagoano apresentou uma expansão do emprego formal de mais de 50% entre janeiro de 2004 e fins de 2013. A partir desse ano, houve uma queda do número de postos de trabalho que devolveu o Estado para o mesmo patamar do início de 2011. Destaca-se, também, que Alagoas apresentou a maior volatilidade em termos da evolução do saldo líquido acumulado das contratações. Isso porque as características dessa economia estão diretamente relacionadas à sazonalidade da agricultura e da indústria que dela depende, especialmente, aquela relacionada à cultura da cana-de-açúcar.

Gráfico 11 – Evolução do fluxo acumulado de admissões como proporção do estoque de trabalhadores formais em 01/01/2004, segundo Unidade da Federação. Nordeste, jan/04 - jul/2017



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE/Caged.

Com exceção de Alagoas e Bahia, todos os Estados do nordeste apresentaram ou uma ligeira recuperação da criação de postos de trabalho ou a sua interrupção nos últimos meses do primeiro semestre de 2017. Esse cenário poderia indicar o fim das consequências da crise sobre o mercado de trabalho se não fosse a expansão do emprego informal, apontada pelos últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE.⁷

Na indústria nordestina ocorreu uma redução intensa de postos de trabalho com carteira assinada (Gráfico 12). Pernambuco, Piauí e Sergipe foram as unidades federativas que mais fecharam postos nesse setor. A ressalva que se faz é para o início desse processo. Enquanto nos Estados de Sergipe e Piauí a queda do emprego havia ocorrido apenas no final de 2015, em Pernambuco o processo de destruição de postos de trabalho na indústria iniciou-se em 2014, assim como na Paraíba, ainda

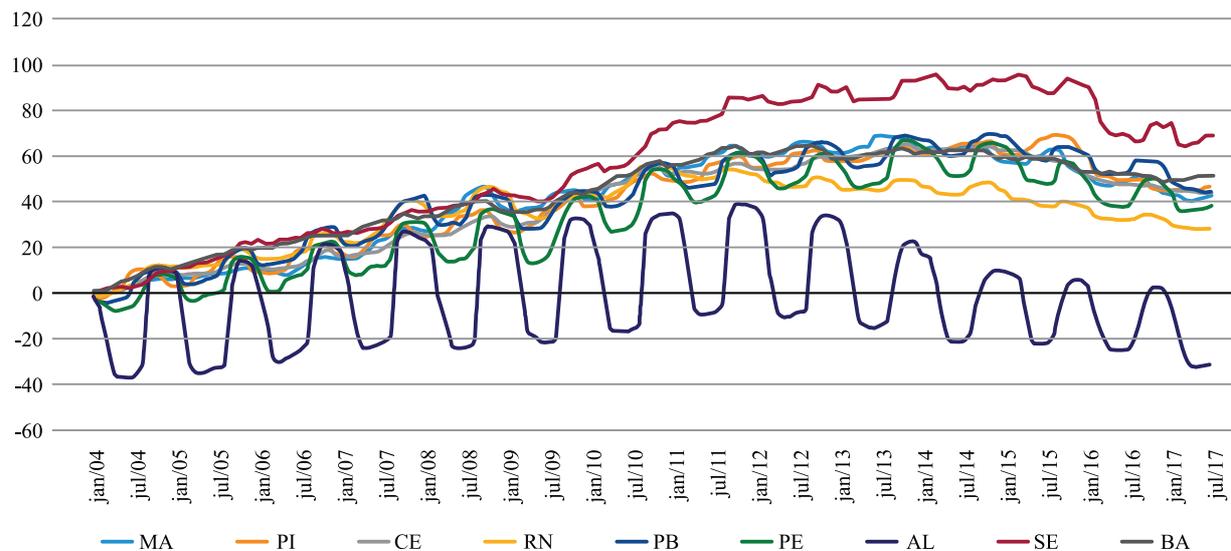
que nesse último, a intensidade tenha sido relativamente menor. Vale destacar que os meses iniciais de 2017 reforçaram essa tendência (de janeiro a julho de 2017 o saldo ainda é negativo para a região e a maioria dos Estados, com exceção de Piauí e Bahia), ainda que o período de maio a julho tenha sido positivo, porém, não suficiente para reverter o quadro do início do ano.

Destacam-se, também, o setor industrial do Rio Grande do Norte, que deu início à redução de postos formais de trabalho já em 2010, e o de Alagoas, cuja volatilidade foi bastante intensa, iniciando sua trajetória de queda a partir de 2012.

Apesar de os Estados iniciarem esse movimento de redução do emprego industrial em momentos distintos, todas as unidades federativas nordestinas sofreram com a diminuição do ritmo de crescimento da economia brasileira e, principalmente, com a crise socioeconômica do período pós final de 2014.

7 De acordo com IBGE (2017a, p. 1), no que tange à evolução do emprego sem carteira no Nordeste no segundo trimestre de 2017, “houve um aumento de 117 mil pessoas, em relação ao trimestre anterior, ou seja, variação de 3,5%”.

Gráfico 12 – Evolução do fluxo acumulado de admissões como proporção do estoque de trabalhadores formais em 01/01/2004 na Indústria, segundo Unidade da Federação. Nordeste, jan/04 - jul/2017

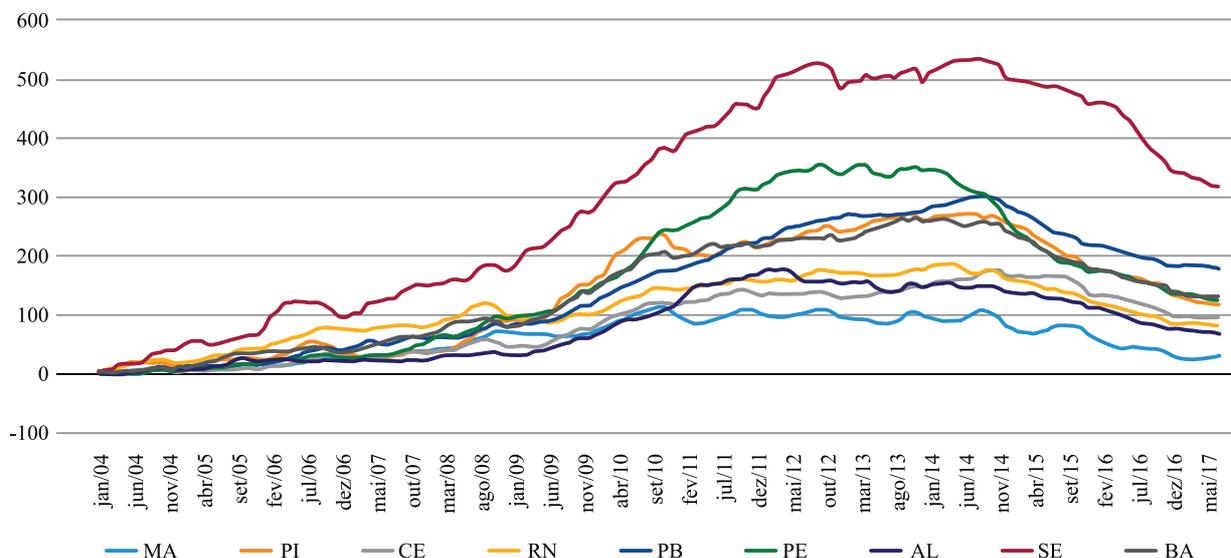


Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE/Caged.

Na construção civil, setor que junto à indústria, apresentou uma queda expressiva do nível de emprego formal celetista no período, os destaques negativos são Pernambuco e Piauí, que iniciaram suas trajetórias de redução do emprego no final de 2014, e Alagoas, cuja inversão do processo de criação de postos de trabalho, característico dos anos 2000, se deu já em finais de 2011 (Gráfico 13). No caso específico de Pernambuco, ressalta-se que o final de 2014 também coincidiu com a conclusão de importantes obras na região, entre elas a Refinaria Abreu e Lima que, sozinha, desmobilizou cerca de 40 mil trabalhadores.

Nesse setor, tanto a expansão do volume de empregos quanto a queda foram intensas. Os Estados que apresentaram os maiores crescimentos, no período pré-crise, foram os que também sofreram mais com os efeitos negativos da redução da atividade econômica e da crise. O destaque negativo é o Maranhão, que apresentou um dinamismo relativamente menos intenso que os outros Estados e cuja crise fez com que o nível de emprego recuasse para patamares de meados de 2006. No Rio Grande do Norte o movimento foi ligeiramente distinto. Tendo apresentado uma expansão mais suave no momento de crescimento econômico, esse Estado sofreu relativamente menos com a desaceleração e a crise.

Gráfico 13 – Evolução do fluxo acumulado de admissões como proporção do estoque de trabalhadores formais em 01/01/2004 na Construção Civil, segundo Unidade da Federação. Nordeste, jan/04 - jul/2017

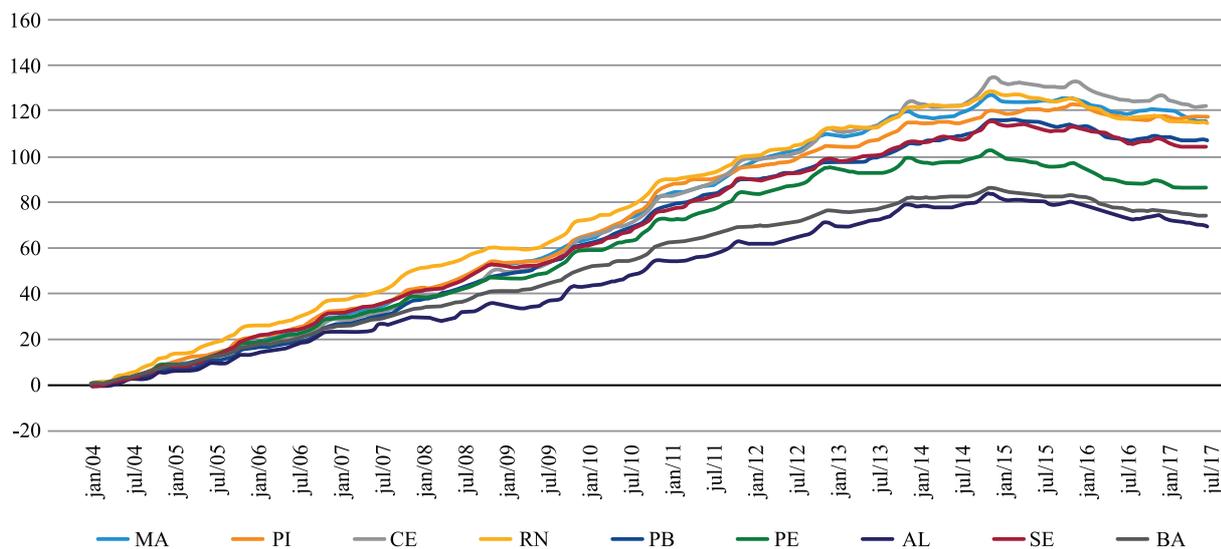


Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE/Caged.

No comércio, o único Estado que parece ter resistido ao processo de destruição de postos de trabalho com carteira assinada iniciado no final de 2014 foi o Piauí, que vem apresentando um ritmo de crescimento do emprego relativamente menor, porém constante, ainda que tenha estabilizado a partir de

2015 (Gráfico 14). O que se observa é que, com exceção de Pernambuco e Bahia, além do Piauí, apontado anteriormente, os outros Estados apresentaram uma tendência de queda menos intensa. Tanto em Pernambuco quanto na Bahia, a queda do nível de emprego formal no comércio foi bastante expressiva.

Gráfico 14 – Evolução do fluxo acumulado de admissões como proporção do estoque de trabalhadores formais em 01/01/2004 no Comércio, segundo Unidade da Federação. Nordeste, jan/04 - jul/2017



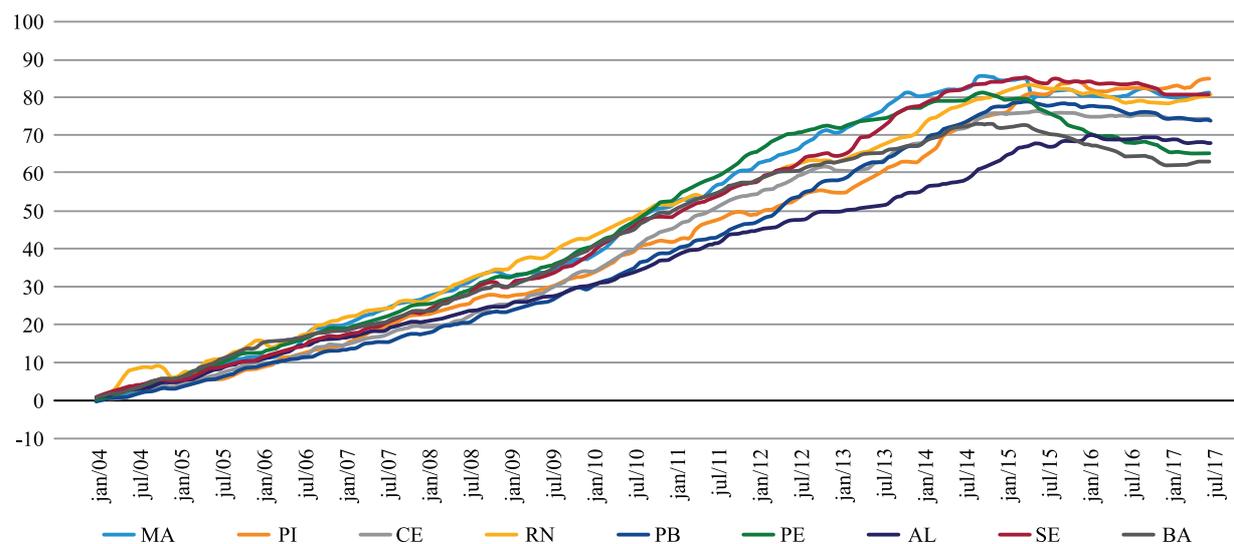
Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE/Caged.

O setor de serviços seguiu em todos os Estados uma trajetória parecida com aquela observada para o Brasil. O crescimento das demissões em ritmo maior que as admissões iniciou-se em 2015 e seguiu essa mesma trajetória desde então (Gráfico 15). Assim como para

os outros setores, as informações do primeiro semestre de 2017 indicam um quadro complexo, principalmente pela queda acumulada em 12 meses do volume de serviços prestados de 4,6% até julho de 2017, anunciada em setembro pelo IBGE (2017b)⁸.

8 “Em julho, o setor de serviços recuou 0,8% frente a junho (na série com ajuste sazonal), após ter crescido 1,3% em junho e 0,3% em maio” (IBGE, 2017b, p. 1).

Gráfico 15 – Evolução do fluxo acumulado de admissões como proporção do estoque de trabalhadores formais em 01/01/2004 nos Serviços, segundo Unidade da Federação. Nordeste, jan/04 - jul/2017

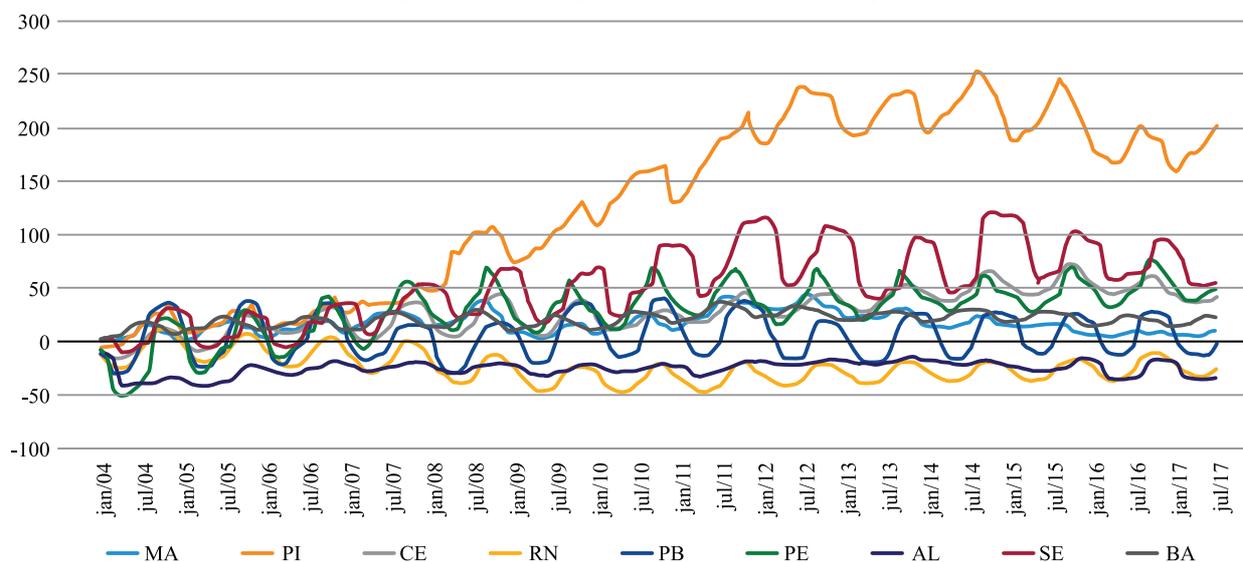


Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE/Caged.

Por fim, no que se refere à agropecuária, o que se percebe é que, apesar da alta volatilidade nas contratações do setor, devido à sazonalidade característica da produção da região, houve uma tendência de manutenção do emprego celetista em todos os Estados, com exceção do Piauí (Gráfico 16). No caso do

Piauí, o que se observa é um crescimento dos postos de trabalho relativamente maior que o de outros Estados no período pré-crise, seguido de uma queda relativamente suave após o final de 2015. Esse movimento está relacionado ao crescimento do agronegócio exportador nos cerrados piauienses.

Gráfico 16 – Evolução do fluxo acumulado de admissões como proporção do estoque de trabalhadores formais em 01/01/2004 na Agropecuária, segundo Unidade da Federação. Nordeste, jan/04 - jul/2017



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do MTE/Caged.

6 UMA INTERPRETAÇÃO A PARTIR DA ÓTICA DA DEMANDA AGREGADA

As contas nacionais representam um dos instrumentos mais importantes para a análise macroeconômica. Suas diversas identidades, inquestionavelmente aceitas pelas correntes de pensamento ortodoxa e heterodoxa, não permitem, *per si*, que se encontrem sentidos de determinação entre seus componentes. No entanto, é função daqueles que procuram utilizar as teorias econômicas para o entendimento dos fenômenos reais da economia encontrar tais sentidos. É sob esse aspecto que se pretende apresentar uma interpretação para o movimento da atividade econômica e seu consequente reflexo sobre o nível de emprego e desemprego no Brasil do período recente.

Uma das principais identidades apresentadas pelas contas nacionais refere-se à relação entre Produto (Y) e Demanda Agregada (DA). Considerando-se produto tudo aquilo que foi produzido no território nacional independentemente da origem dos fatores de produção utilizados, então, assume-se que Y é o Produto Interno Bruto (PIB).

Uma de suas óticas de mensuração é justamente a do dispêndio, da demanda. Nas contas nacionais os componentes de DA aparecem da seguinte forma: consumo pessoal ou das famílias (C), gastos ou consumo do governo (G), exportações de bens

e serviços não fatores (X), importações de bens e serviços não fatores e investimentos públicos e privados (I). É a partir dessas categorias que se pretende expor o argumento. Nesse sentido, o exercício analítico proposto, cujo suporte teórico parte dos ensinamentos de Keynes (1936), exige a definição de algumas hipóteses básicas para facilitar a compreensão, porém sem se distanciar da realidade.

A primeira hipótese parte da ideia de que, em uma economia com capacidade ociosa, a produção responde a estímulos de demanda no curto prazo. A segunda é que a expansão da produção promove uma elevação do nível de emprego. A terceira é que a identidade $Y \equiv DA$, pode ser definida como uma igualdade ($Y = DA$), cujo sentido de determinação vai de DA para Y.⁹ Assim, definem-se as equações básicas dessas relações:

$$Y = DA \quad (1)$$

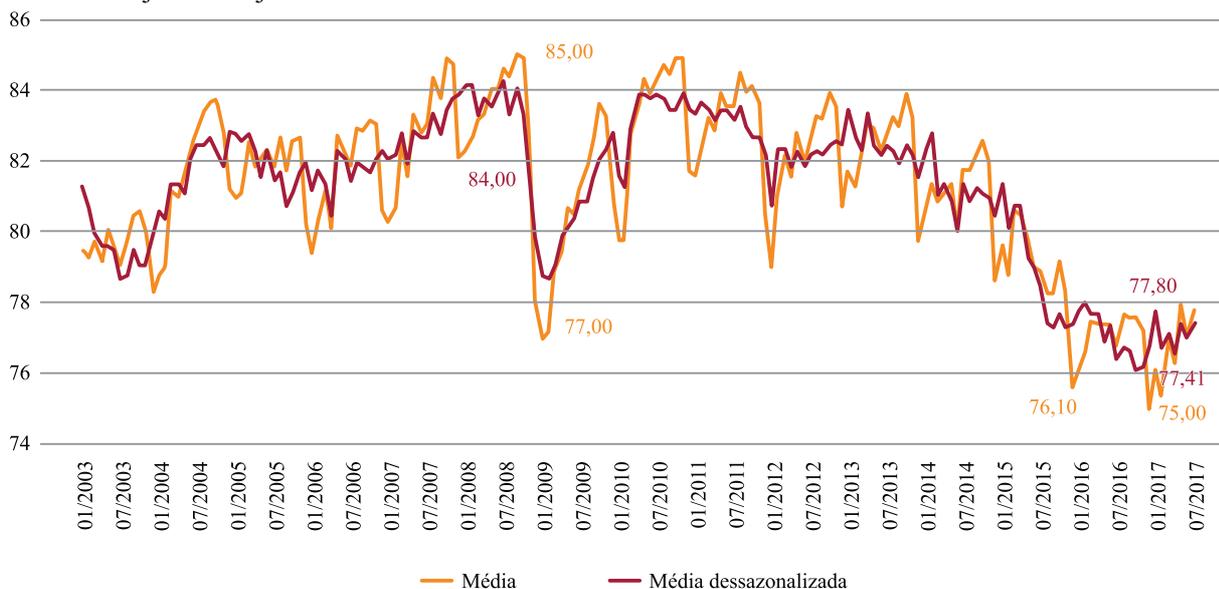
$$DA = C + I + G + (X - M) \quad (2)$$

Logo,

$$Y = C + I + G + (X - M) \quad (3)$$

Pela equação 3 e, sob a hipótese de capacidade ociosa, nota-se que Y (PIB) cresce por conta da expansão dos componentes de DA. A única exceção são as importações que representam vazamentos de renda. É possível, seguindo esse raciocínio, apontar algumas implicações para a realidade recente da economia brasileira.

Gráfico 17 – Utilização da Capacidade Instalada (UCI) na indústria de transformação (% médio). Brasil, jan/2003-jul/2017



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados do CNI, Séries Históricas.

9 Ao igualar Y à DA, passa-se a considerar que a variação de estoques faz parte da cifra investimentos (I).

O Gráfico 17 refere-se ao nível utilização da capacidade instalada na indústria de transformação brasileira após 2003. No auge do crescimento econômico (2004-2008), o Brasil chegou a 85% da UCI, valor mais alto da série. O período que reflete a crise internacional (final de 2008 e início de 2009) indicou uma inflexão desse quadro, quando o país alcançou 77% para a média dessazonalizada. A recuperação econômica, já em 2010, fez com que a UCI voltasse a subir. Porém, verificou-se, a partir de então, que a UCI voltou a cair por conta da desaceleração da economia e sua posterior crise (2015 em diante), atingindo, no início de 2017, o menor valor da série. Merece atenção o fato de que

no primeiro semestre de 2017 houve uma recuperação da UCI, que retornou aos patamares observados no final de 2015 e início de 2016.

As evidências apontam que a economia brasileira, com a diminuição de seu dinamismo, passou a apresentar incrementos expressivos de capacidade ociosa, especialmente após 2014. Por essa razão, pode-se assumir que na economia brasileira, sob essas condições, o produto e, conseqüentemente, o emprego devem responder a incentivos de demanda ($DA = C + I + G + X - M$). Assim, a evolução da participação dos componentes de DA no PIB e a contribuição ao crescimento econômico de cada um desses componentes mostram-se fundamentais.¹⁰

Tabela 1 – Composição do PIB segundo a ótica da Demanda Agregada (% do PIB). Brasil, 2004-2017

Ano	Consumo			Formação Bruta de Capital			Exportação	Importação (-)	PIB a preços de mercado
	Total	Famílias ^a	Governo	Total	Fixo	Varição de estoques			
2004	78,7	60,2	18,5	16,7	17,3	0,6	16,5	13,1	100
2005	79,4	60,5	18,9	16,9	17,1	0,1	15,2	11,8	100
2006	79,5	60,4	19,0	16,6	17,2	0,6	14,4	11,7	100
2007	78,8	59,9	18,9	16,2	18,0	1,8	13,3	12,0	100
2008	78,6	59,7	18,8	17,2	19,4	2,2	13,5	13,7	100
2009	81,6	62,0	19,7	19,4	19,1	-0,3	10,9	11,3	100
2010	79,2	60,2	19,0	19,3	20,5	1,3	10,7	11,8	100
2011	79,0	60,3	18,7	19,4	20,6	1,2	11,5	12,2	100
2012	79,9	61,4	18,6	20,0	20,7	0,7	11,7	13,1	100
2013	80,6	61,6	19,0	20,2	20,9	0,8	11,7	14,0	100
2014	81,9	62,4	19,5	19,5	20,2	0,7	11,2	13,9	100
2015	83,6	63,4	20,2	18,6	18,2	-0,5	13,0	14,3	100
1º trimestre 2016 ¹	83,9	65,1	18,9	17,5	16,8	-0,7	13,1	13,1	100
2º trimestre 2016 ¹	83,1	63,2	19,8	17,4	16,7	-0,7	13,4	12,4	100
3º trimestre 2016 ¹	83,1	63,9	19,2	16,5	16,5	0,0	12,2	11,7	100
4º trimestre 2016 ¹	86,6	63,9	22,6	17,8	15,6	-2,2	11,3	11,3	100
1º Trimestre 2017 ¹	82,2	62,9	19,3	14,2	15,6	1,4	12,1	11,3	100
2º Trimestre 2017 ¹	82,9	62,4	20,5	14,9	15,5	-0,6	13,2	11,0	100

Fonte: IBGE - Sistema de Contas Nacionais Referência 2010. Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

Dados anteriores a 1995 segundo antiga metodologia.

a Inclui consumo das instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (ISFLSF).

¹ Valores calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

Os dados apresentados na Tabela 1 permitem uma avaliação precisa do peso de cada componente de DA no PIB. O que chama atenção, além da relevância em termos de participação, é o crescimento do consumo agregado (famílias mais Governo) de 78,7% em 2004 para 86,6% no último trimestre de 2016. Nesse segmento, o peso maior é o do consumo das famílias que ampliou sua participação de aproximadamente 60% em 2004, para aproximadamente 64% no final de 2016. Os dois primeiros semestres de 2017 marcaram uma redução da participação do consumo das famílias.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e a variação de estoques, que configuram o total dos investimentos realizados, apresentaram uma elevação de sua participação até 2013. Após esse período, o peso desse componente reduziu-se sensivelmente até atingir em 2017 (2º trimestre) 14,9%. A crise, instalada no final de 2014, tem sido marcada por uma queda expressiva da participação da

¹⁰ Sobre a metodologia referente à contribuição dos componentes da Demanda Agregada ao crescimento do PIB, ver Fevereiro (2016).

FBCF e por variações de estoques negativas, com exceção do primeiro trimestre de 2017.¹¹

A demanda externa líquida, exportações menos importações, tem apresentado uma melhora depois do primeiro trimestre de 2016. No entanto, isto é um reflexo da queda do PIB e da renda nacional sobre as importações, que perderam participação em ritmo mais elevado que a diminuição do peso das exportações no PIB, após 2015.

A partir da Tabela 2, é possível verificar por meio da análise das taxas de crescimento dos componentes de DA que: 1) o componente de maior peso (consumo das famílias) caiu sistematicamente após 2014 (a exceção é o segundo trimestre de 2017); 2) os investimentos em FBCF apresentaram uma queda de aproximadamente 4% em 2014, 14,1% em 2015, 10,2% em 2016 e, em 2017, essa mesma tendência manteve-se, com reduções de 3,7% e 6,5% para o 1º e 2º trimestres, respectivamente; 3) na crise, as exportações apresentaram relativamente um bom desempenho que se somou à forte queda das importações (-14,3% e 10,3% para 2015 e 2016, respectivamente), possibilitando um aumento da participação líquida do componente da demanda externa no PIB (Tabela 1). Em 2017, as

importações cresceram no 1º trimestre (9,75%) e voltaram a recuar no segundo trimestre (-3,27%); e 4) os gastos do Governo em consumo também apresentaram quedas após 2015, acelerando seu ritmo no primeiro semestre de 2017.

Outro ponto que chama bastante atenção na Tabela 2 é a queda acentuada da arrecadação do Governo com impostos sobre produtos (líquidos). Não basta apenas evidenciar a queda pronunciada do montante de impostos, é importante salientar que essa queda ocorreu em intensidade duas vezes superior que a queda do produto interno. Esse quadro é relevante, pois pode lançar luz sobre as possíveis decisões de políticas baseadas em cortes de gastos públicos, as conhecidas medidas de austeridade. Os cortes de gastos do Governo, como pode ser observado a partir de 2015, nada mais são que redução de DA, o que sob essas condições, representam redução de Y. Como pôde ser visto na Tabela 2, quando o produto declina, a arrecadação tende a cair, especialmente aquelas que incidem sobre movimentações comerciais. Dito isso, espera-se que reduções dos gastos públicos, ao impactarem negativamente o produto, provoquem uma queda da arrecadação.

Tabela 2 – Taxa de crescimento dos componentes da demanda agregada, dos impostos e do PIB (em % a.a.). Brasil, 2004 - 2017

Ano	Consumo			Formação Bruta de Capital			Exportação	Importação (-)	Impostos líquidos sobre produtos	PIB a preços de mercado
	Total	Famílias ^a	Governo	Total	Fixo	Variação de estoques				
2004	3,91	3,92	3,88	10,32	8,49	131,27	14,47	10,36	6,37	5,76
2005	3,86	4,42	2,01	-2,50	1,96	-132,73	9,64	7,46	4,26	3,20
2006	4,87	5,28	3,56	8,47	6,66	216,55	4,84	17,76	5,51	3,96
2007	5,82	6,38	4,07	15,92	11,95	128,43	6,18	19,56	7,61	6,07
2008	5,40	6,46	2,05	14,22	12,29	33,33	0,41	17,03	7,51	5,09
2009	4,09	4,46	2,95	-14,50	-2,13	-121,78	-9,25	-7,60	-0,28	-0,13
2010	5,67	6,23	3,92	28,79	17,85	-654,57	11,72	33,64	10,37	7,53
2011	4,14	4,74	2,25	5,61	6,70	-12,19	4,79	9,42	5,28	3,91
2012	3,21	3,50	2,28	-2,57	0,75	-58,81	0,27	0,73	3,68	1,92
2013	3,02	3,48	1,51	5,91	5,83	8,36	2,39	7,24	3,74	3,01
2014	1,29	1,32	1,17	-4,40	-4,48	-2,10	-1,05	-1,05	0,76	0,10
2015	-3,30	-4,00	-1,05	-18,33	-14,10	-142,14	6,09	-14,32	-7,02	-3,85
2016 ¹	n/d	-4,25	-0,56	n/d	-10,17	n/d	1,90	-10,29	-6,39	-3,59
1º trimestre 2017 ²	n/d	-1,89	-1,32	n/d	-3,74	n/d	1,87	9,75	-0,84	-0,35
2º trimestre 2017 ²	n/d	0,74	-2,41	n/d	-6,48	n/d	2,48	-3,27	0,14	0,27

Fonte: IBGE - Sistema de Contas Nacionais Referência 2010. Carta de Conjuntura IPEA - Séries Históricas.

^a Inclui consumo das instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (ISFLSF).

¹ Estimativas a partir das Contas Nacionais Trimestrais

² Variação em relação ao mesmo período do ano anterior %

11 Não se descarta a hipótese de que uma queda sustentada do investimento bruto pode se traduzir em redução da capacidade ociosa por conta da não reposição da depreciação do capital instalado. No entanto, os dados apontam para uma elevação da capacidade ociosa com redução dos investimentos.

É possível ainda avaliar o comportamento da contribuição ao crescimento de cada um dos componentes de DA (Tabela 3). Apesar das informações e dos cálculos elaborados pela equipe do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estarem disponíveis apenas até 2015, algumas observações merecem ser feitas. A primeira delas diz respeito ao período de crescimento (2004-2010) da economia brasileira. O que se observou ao longo desses anos foram as significativas contribuições do consumo das famílias e da FBCF, componentes essenciais à dinâmica econômica nacional.

Nos anos de desaceleração da economia (2011-2014) e de crise, 2015, verificaram-se sucessivas

reduções nas contribuições desses dois componentes, o que fez com que passassem a contribuir negativamente para o crescimento do PIB em 2015. As exportações também reduziram sua contribuição, retomando ligeiramente um papel de destaque apenas em 2015.

Por fim, vale destacar que o consumo do Governo, que havia se apresentado como um relevante fator de impulso ao crescimento e contribuído positivamente ao longo de todo o período, também passou a configurar um elemento de redução da atividade econômica, especialmente, após a adoção em 2015 de diversos cortes de gastos promovidos pela equipe econômica, afetando a realidade nacional.¹²

Tabela 3 – Contribuição ao crescimento do PIB - Metodologia Ipea^a. Brasil, 2004-2015

Ano	Consumo			Formação Bruta de Capital			Exportação	PIB a preços de mercado
	Total	Famílias	Governo	Total	Fixo	Variação de estoques		
2004	2,80	2,08	0,71	1,16	1,05	0,11	1,80	5,76
2005	2,53	2,20	0,34	-0,62	0,02	-0,65	1,29	3,20
2006	2,73	2,12	0,60	0,83	0,42	0,41	0,40	3,96
2007	3,59	2,93	0,66	1,84	1,42	0,42	0,64	6,07
2008	3,36	3,06	0,30	1,71	1,26	0,45	0,02	5,09
2009	3,36	2,78	0,58	-2,67	0,20	-2,87	-0,81	-0,13
2010	3,03	2,42	0,61	3,65	2,12	1,53	0,84	7,53
2011	2,71	2,33	0,38	0,81	0,96	-0,15	0,39	3,91
2012	2,34	1,92	0,41	-0,45	0,13	-0,58	0,03	1,92
2013	1,95	1,71	0,24	0,89	0,85	0,05	0,17	3,02
2014	0,78	0,52	0,25	-0,53	-0,74	0,21	-0,10	0,15
2015	-1,85	-1,72	-0,13	-2,72	-1,99	-0,73	0,73	-3,85

Fonte: IBGE - Sistema de Contas Nacionais Referência 2010. Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

^a Pesos no ano anterior (t-1) x taxa de crescimento (t) da demanda por bens de origem nacional

Com base na definição apresentada pela equação 3 ($Y = C + I + G + X - M$), o que se observou de toda a exposição anterior foi que a diminuição do ritmo de crescimento e posterior queda acentuada dos componentes de DA, especialmente da FBCF e do consumo das famílias, provocaram uma redução drástica do produto (Y) e, por consequência, do nível de emprego da economia nacional. O ritmo de elevação do desemprego e a queda acentuada do emprego formal na região Nordeste no período pós-crise, certamente, indicam que o quadro desenhado para o Brasil, a partir da ótica da demanda, também pode explicar o momento vivido por essa região.

CONCLUSÃO

O expressivo desempenho da economia nordestina entre 2004 e 2014 refletiu-se no mercado de trabalho por meio da elevação do nível de emprego, queda do nível de desemprego e aumento da formalização dos contratos de trabalho, que aparecem explicitamente na evolução positiva dos postos de trabalho com carteira assinada apresentados por setor e por unidades da federação na região. No entanto, a crise pela qual o Brasil e o Nordeste têm passado reforçou as condições de um mercado de trabalho que, a despeito de seu movimento favorável aos trabalhadores até 2014, não se alterou de forma estrutural.

¹² Ver Serrano e Summa (2016).

Assim pode-se dizer que o reflexo da crise no Nordeste pode ser explicado por cinco fatores combinados: 1) Queda dos componentes de DA (Consumo das famílias e investimentos); 2) Momento de término de diversos projetos que haviam dinamizado a região; 3) Crise nacional e ampliação da incerteza que provocam a revisão e até o cancelamento de novos investimentos na região; 4) Apesar do baixo peso na região, a queda da atividade industrial, devido ao seu elevado grau de encadeamento na economia, provoca uma redução drástica nas atividades direta e indiretamente a ela associadas; e 5) O setor da construção civil, um dos motores da expansão do emprego, viu-se em dificuldade, tanto pelo término dos grandes projetos, como pelo corte dos investimentos do PAC e do Programa Minha Casa Minha Vida, especialmente na diminuição do ritmo de expansão do mercado imobiliário.

Os dados explorados neste trabalho apontam que a crise socioeconômica tomou proporções que impedem qualquer prognóstico de que esse cenário se reverterá no curto prazo. A queda dos componentes da demanda agregada em uma economia com capacidade ociosa elevada e em trajetória ascendente demonstra a dificuldade do processo de recuperação.

Certamente, a recuperação da economia nacional terá de passar pela elevação dos componentes de DA (consumo das famílias, investimentos e gastos do Governo). As exportações e a agricultura nacional, ainda que tenham desempenhado um papel relevante, são claramente insuficientes para dinamizar as economias nacional e nordestina.

Assim, fica claro que o campo de investigação para se encontrar uma alternativa para a retomada do crescimento nacional e regional passam a ser: 1) os incentivos aos investimentos privados em um ambiente econômico e político de incerteza; 2) as possibilidades para a retomada do papel desempenhado pelo consumo das famílias em um cenário de elevado desemprego e endividamento; e 3) o papel do Estado e de seu orçamento enquanto mecanismo de reação a problemas associados ao que Keynes (1936) chamou de insuficiência de demanda efetiva.

O caminho para o Brasil sair da depressão e voltar a crescer evidentemente não está em elementos que levem a reduções de DA. Assim, medidas de corte de gastos, sob o argumento de isso faria com que o orçamento público se equilibrasse, desconsideram que há uma relação positiva entre

arrecadação e desempenho do produto, o que evidentemente não corresponde à realidade.

Por fim, cabe dizer que a crise estabeleceu uma “nova” realidade que alterou o quadro e a condição favorável atingida pelo mercado de trabalho no Brasil e no Nordeste. A perpetuação desse processo nos próximos anos pode reverter grande parte das conquistas dos trabalhadores nesses setores, ampliando seu grau de fragilidade. Se não houver uma retomada dos componentes de DA, pode-se assistir a uma continuidade da deterioração das condições socioeconômicas, especialmente no que tange ao mercado de trabalho. Isso porque esse processo vivido pelo país tem caminhado *pari passu* ao retorno de elevadas taxas de desemprego, com ampliação da pobreza, da desigualdade e da miséria¹³.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, J. B. Dinâmica recente da produção e da ocupação nas mesorregiões nordestinas. In: CGEE. **Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras**. 1. ed. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015, v.1, p. 141-192.
- APOLINÁRIO, V.; SILVA, M. L. da (Orgs.). **Impactos dos grandes projetos federais sobre os estados do Nordeste**. Natal: EDUFRRN, 2011.
- BNB. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL E INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA (IICA). **Nordeste 2022 - Estudos Prospectivos – Documento Síntese**. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2014.
- BASTOS, C. P.; RODRIGUES, R; LARA, F. M. As finanças públicas e o impacto fiscal entre 2003 e 2012: 10 anos de governo do Partido dos Trabalhadores. **Revista Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 675-706, dez. 2015
- CGEE. CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Brasileiro**. Brasília: 2014.

¹³ Hoffmann (2017) e Skoufias et al. (2017).

ECONOMIA do Nordeste tem piora mais acentuada do que o restante do país. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1842617-nordeste-tem-piora-mais-acentuada-da-economia-do-que-o-restante-do-pais.shtml>>. Acesso em: 19 dez. 2016.

FEITOSA, E. A. N. et al. (2003) **Panorama do potencial eólico no Brasil**. Disponível em: <[http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/06-energia_eolica\(3\).pdf](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/06-energia_eolica(3).pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2014.

FEVEREIRO, J. B. Decomposição da taxa de crescimento do PIB pelo lado da demanda: uma metodologia alternativa. Nota Técnica, **Carta de Conjuntura**, n. 30, Ipea, Brasília, março de 2016.

GOMES, G. M. **Macroeconomia do Nordeste: tendências, desafios e perspectivas da dinâmica da economia do Nordeste e seus determinantes e das mudanças na estrutura produtiva regional**. Análise temática dos Estudos prospectivos sobre o desenvolvimento do Nordeste para o BNB. Fortaleza, CE: IICA/BNB, 2014.

GUIMARÃES, P. F.; FELIX; F. C. de A. G.; AGUIAR, R. A. de; CARVALHOSA, A. C. V. L.; SIQUEIRA, T. V. de. Atuação do BNDES na Região Nordeste. In: GUIMARÃES, P. F.; AGUIAR, R. A. de; LASTRES, H. M. M.; SILVA, M. M. da. (Orgs.) **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

HOFFMANN, R. **Distribuição da renda na crise: dados trimestrais de 2012 a 2016**. Texto para Discussão, n. 39 do Iepe/Casa das Garças, Abril de 2017.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2017a). **Comentários sintéticos, Região Nordeste**. PNAD-Contínua. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Comentarios_Sinteticos/pnadc_201702_trimestre_comentarios_sinteticos_Nordeste.pdf>. Acesso em: 13 set. 2017.

_____. (2017b) **Setor de serviços tem queda de 0,8% em julho**. Sala de Imprensa, IBGE. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/16555-setor-de-servicos-tem-queda-de-0-8-em-julho.html>>. Acesso em: 13 set. 2017.

KEYNES, J. M. (1936). **The general theory of employment, interest and money**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LOPES, L. M; VASCONCELLOS, M. A. S. **Manual de macroeconomia: básico e intermediário**. 3.ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.

PETROBRAS. **Projetos de Premium I e II foram cancelados antes de solicitação à ANP: resposta ao Globo**. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/projetos-de-premium-i-e-ii-foram-cancelados-antes-de-solicitacao-a-anp-resposta-ao-globo.htm>>. Acesso em: 19 out. 2015.

RODRIGUES, R.; BASTOS, C. Análise recente das finanças públicas e da política fiscal do Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO KEYNESIANA BRASILEIRA, 3., São Paulo. **Anais...**, São Paulo, 2010.

ROSSI, P.; MELLO, G. (2017) Choque recessivo e a maior crise da história: a economia brasileira em marcha à ré. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/Unicamp, **Nota do Cecon**, n.1, abr. 2017.

SERRANO, F.; SUMMA, R. (2016) **Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014**. EXCEDENTE, Grupo de Economia Política IE-UFRJ. 14 de julho de 2016. Disponível em: <<http://www.excedente.org/artigos/demanda-agregada-e-a-desaceleracao-do-crescimento-economico-brasileiro-de-2011-a-2014/>>. Acesso em: 19 out. 2015.

SKOUFIAS, E.; NAKAMURA, S.; GUKOVAS, R. M. (2017). **Safeguarding against a reversal in social gains during the economic crisis in Brazil**. Washington, D.C.: World Bank Group. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/469091487328690676/Safeguarding-against-a-reversal-in-social-gains-during-the-economic-crisis-in-Brazil>> Acesso em: 4.

SUMMA, R.; LARA, F; SERRANO, F. (2017).
PIB, demanda efetiva e variação de estoques:
uma visão pessimista do que já ocorreu em 2017.
EXCEDENTE. Grupo de Economia Política IE-
-UFRJ. Disponível em <<http://www.excedente.org/blog/pib-demanda-efetiva-e-variacao-de-estoques-uma-visao-pessimista-do-que-ja-ocorreu-em-2017/>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

TROVÃO, C. J. B. M.; SOUZA, L. F.
**Amarras da insensatez: o plano Meireles-
-Goldfajn.** Plataforma Política Social /
Le Monde Diplomatique Brasil, 2016.